

Pioneiro

AO
TEU
LADO

Ano 77 - nº 15.318

CAXIAS DO SUL, 31 DE MARÇO DE 2025



PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

Publicidade Legal

ANUNCIE AQUI

☎ (54) 3218-1234

✉ contato.comercial@gruporbs.com.br



A NAÇÃO BRASILEIRA
AO IMIGRANTE

Marcopolo Trading S.A.

CNPJ 87.004.594/0001-97

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, esta Diretoria tem a honra de submeter a vossa apreciação e exame das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Caxias do Sul, 31 de março de 2025

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			Demonstrações dos fluxos de caixa		
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023	Exercícios findos em 31 de dezembro	(Em milhares de Reais)
Circulante				Circulante				Exercícios findos em 31 de dezembro	(Em milhares de Reais)
Caixa e equivalentes de caixa	4	31	15	Impostos e contribuições a recolher		2	14	Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Aplicação financeira	5	3.563	9.594	Dividendos a pagar	10	—	162	Lucro líquido do exercício	306 684
Impostos a recuperar	7	239	91	Outras contas a pagar		8	7	Ajustes	
Outras contas a receber		1	1			10	183	Amortizações	— 1
		3.834	9.701	Patrimônio líquido				Despesas de imposto de renda e contribuição social	123 316
Não circulante				Capital social		5.000	5.000	Custo na baixa de investimento	8 — 6
Propriedade para investimento	2.8	105	105	Transações com acionistas		(1.649)	—	Variáveis nos ativos e passivos	—
Intangível		1	1	Reservas de lucros		582	4.627	(Aumento) redução em aplicações financeiras	6.031 (9.594)
Investimentos	8	3	3			3.933	9.627	(Aumento) redução em outros ativos	(148) (90)
		109	109	Total do ativo		3.943	9.810	Aumento (redução) em outros passivos	(56) (145)
Total do ativo		3.943	9.810	Total do passivo e patrimônio líquido		3.943	9.810	Caixa gerado pelas atividades operacionais	6.256 (8.822)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Transações com acionistas	Reserva legal	Reserva aumento de capital	Lucros acumulados	
Em 1º de janeiro de 2023	5.000	—	533	3.572	—	9.105
Lucro do exercício	—	—	—	—	684	684
Destinações	—	—	—	—	(522)	—
Destinação do lucro	—	—	34	488	(162)	(162)
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 3,25 por lote de mil ações)	—	—	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2023	5.000	—	567	4.060	—	9.627
Transação com acionista	—	(1.649)	—	—	—	(1.649)
Lucro do exercício	—	—	—	—	306	306
Destinações	—	—	—	—	—	—
Destinação do lucro	—	—	15	218	(233)	—
Dividendo complementar	—	—	—	(4.278)	—	(4.278)
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,01 por lote de mil ações)	—	—	—	—	(73)	(73)
Em 31 de dezembro de 2024	5.000	(1.649)	582	—	—	3.933

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Marcopolo Trading S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Seu principal controlador é a Marcopolo S.A. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior, realizando por conta própria ou de terceiros, exportações e importações, e a representação em operações de compra e venda de mercadorias, podendo participar em outras sociedades. As operações de compra e venda de mercadorias realizadas pela Companhia são feitas de forma complementar as atividades de sua controladora e companhias associadas e se referem à comercialização de ôniibus prontos, em operações onde seja necessária a venda do carro completo, ou seja, com chassi e carroceria. As operações da Marcopolo Trading S.A. estão diretamente relacionadas às operações que lhe sejam destinadas pela controladora. **2. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação: (a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **(d) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC - 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas e opcional para as demais, enquanto para IFRS Accounting Standards representam informação financeira suplementar. **(e) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Políticas contábeis materiais e divulgações:** As políticas contábeis materiais, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL" - Fair Value Through Profit or Loss) e ao custo amortizado. **2.4.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. **(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar

fluxos de caixa contratuais; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **2.4.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração: (a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **2.4.4 Redução ao valor recuperável (Impairment): (a) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(c) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **(d) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. **2.5 Gestão de risco financeiro:** A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar. Os valores conhecidos ou estimados dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valor de mercado significativamente diferente do reconhecimento nas demonstrações financeiras, considerando instrumentos de mesma natureza, prazos e riscos semelhantes. **(a) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites

individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber de clientes. **(c) Estimativa do valor justo:** A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações de valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). **(d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment. **2.7 Intangível: (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 anos. **2.8 Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento se refere a terreno, mensurado pelo método de custo e não depreciado. O valor justo do terreno foi estimado em R\$ 1.508 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.439 em 31 de dezembro de 2023). **2.9 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, a posição assumida na apuração de imposto sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriada, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. **2.11 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.12 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. **2.13 Receitas financeiras e despesas financeiras:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtítulo de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtítulo do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao

apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • receita e despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro; • perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); • ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e • reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia não possui estimativas e julgamentos contábeis críticos relevantes.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e depósitos bancários

Depósitos bancários à vista

Total do caixa e equivalentes de caixa

5. Aplicação financeira:

Aplicação financeira

Certificados de Depósitos Bancários com liquidez imediata (*)

Total

(*) Corresponde a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas de 98% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (101% em 31 de dezembro de 2023). **6. Partes Relacionadas: a. Remuneração do pessoal-chave da administração:** A Companhia não possui administradores, o pessoal-chave da administração é remunerado pela Controladora Marcopolo S.A. e demais controladas.

7. Impostos e contribuições a recuperar:

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)

★ continuação		Notas explicativas às demonstrações financeiras da Marcopolo Trading S.A. (Em milhares de Reais)		
9. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:		10. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é composto por 5.000.000 (em 31 de dezembro de 2023, o capital era composto por 5.000.000) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c. Reserva para futuro aumento de capital: Corresponde a 100% do saldo de lucros acumulados remanescentes após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme reserva estatutária. d. Dividendos: A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:		
	2024	2023	2024	2023
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	429	1.000		
Alíquota nominal %	34	34		
	(146)	(340)		
Adições e exclusões permanentes				
Outras adições (exclusões), líquidas	23	24		
	(123)	(316)		
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(123)	(316)		
Diferido	-	-		
	(123)	(316)		
Alíquota efetiva - %	0,3	0,3		
			2024	2023
			306	684
			(15)	(34)
			291	650
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras				
<p>Aos Administradores e Acionistas da Marcopolo Trading S.A. - Caxias do Sul - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Marcopolo Trading S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marcopolo Trading S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>				
Porto Alegre, 31 de março de 2025				
				
KPMG Auditores Independentes Ltda. Luis Claudio de Oliveira Guerreiro CRC SP-014428/F-7 CRC-RJ 093679/O-1				
Diretoria			Contador	
André Vidal Armaganijan - Diretor			Leandro Antonio Basso - CRC-RS 59.513/O-4	
José Antonio Valiati - Diretor				

CASTERTECH FUNDIÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.
 CNPJ 08.304.706/0001-59 - NIRE 43205776952
Ata nº 49 de Reunião de Sócia
DATA, HORA E LOCAL: 28 de março de 2025, às 10 horas, na Av. Abramo Randon, nº 1262, Anexo A, CEP 95055-010, em Caxias do Sul (RS). **CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada a convocação em face da presença da sócia titular de 100% do capital social, a Randon S.A. Implementos e Participações, representada por seus diretores Sérgio Lisbão Moreira de Carvalho e Paulo Prignolato. **MESA:** Sérgio Lisbão Moreira de Carvalho, Presidente, e Paulo Prignolato. **ORDEM DO DIA:** Deliberar acerca da redução do capital social, nos termos do inc. II do artigo 1.082 da Lei nº 10.406/2002. **DELIBERAÇÕES:** A Sócia (i) consignou que a reunião atendeu a todas as formalidades legais; (ii) aprovou reduzir o capital social, nos termos do inc. II do artigo 1.082 da Lei nº 10.406/2002, no valor de R\$ 54.788.057,00, mediante a restituição proporcional do valor das quotas a sócia Randon S.A. Implementos e Participações, em moeda corrente nacional; (iii) aprovou alterar o contrato social em ato apartado, de modo a refletir a redução do capital social ora aprovada, passando o capital social a ser de R\$ 220.411.943,00, dividido em 220.411.943 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, todas de titularidade da sócia Randon S.A. Implementos e Participações; e (iv) aprovou a publicação do extrato sumário desta ata para fins e efeitos do artigo 1.084 da Lei nº 10.406/2002. **Encerramento:** Foi encerrada a reunião e lavrada a ata, que lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Caxias do Sul (RS), 28 de março de 2025. **Randon S.A. Implementos e Participações - Sérgio Lisbão Moreira de Carvalho - Diretor; Paulo Prignolato - Diretor.**



PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em pioneiro.com/publicidadelegal

EDITAIS TÊM ESPAÇO RESERVADO

LIGUE
54 3218.1234



PALFINGER

MADAL PALFINGER S.A.

CNPJ 88.613.856/0001-83
NIRE 43300003345

Relatório da Administração: Aos acionistas da Madal Palfinger SA, Caxias do Sul-RS: As Demonstrações Financeiras da Madal Palfinger S.A. ("Companhia") compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrengente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais

práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A administração também é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro. Caxias do Sul, 28 de março de 2025.

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado do Exercício			
Ativo	Nota	31/12/24	31/12/23	Passivo	Nota	31/12/24	31/12/23
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.410	15.355	Fornecedores	51.235	26.817	26.817
Contas a receber de clientes	6	78.810	61.975	Impostos a recolher	6.878	3.283	3.283
Estoque	7	98.706	88.453	Salários, provisões e contribuições sociais	12.597	11.013	11.013
Adiantamentos a fornecedores		7.396	1.786	Adiantamentos de clientes	10.338	4.191	4.191
Impostos a recuperar	8	3.479	13.933	Outras contas a pagar	1.311	2.387	2.387
Outras contas a receber		8.030	1.312	Passivo de arrendamento	11	342	555
Total do ativo circulante		222.831	182.814	Total do passivo circulante		82.701	48.246
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	8	2.242	2.891	Múltiplo com partes relacionadas	12	30.996	38.156
IR e contribuição social diferidos	17	24.118	17.072	Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	13	17.129	6.148
Depósitos judiciais	13	763	654	Dividendos e juros sobre capital	14	7.712	25.176
Imobilizado	9	76.730	74.409	Outras contas a pagar		1.586	1.935
Intangível	10	4.799	4.556	Passivo de arrendamento	11	2.100	204
Direito de uso em arrendamentos	11	2.327	696	Total do passivo não circulante		59.523	71.619
Total do ativo não circulante		110.979	100.278	Total do passivo e patrimônio líquido		333.810	283.092
Total do ativo		333.810	283.092				
Demonstrações dos Resultados Abrengentes				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
		31/12/24	31/12/23			31/12/24	31/12/23
Lucro líquido do exercício		37.192	25.911	Capital social		111.710	111.710
Outros resultados abrengentes		-	-	(95)		(95)	(95)
Total dos result. abrengentes do exercício		37.192	25.911	Reservas de lucro		79.971	51.612
				Saldos em 31 de dezembro de 2022		191.586	163.227
				Total do passivo e patrimônio líquido		333.810	283.092

Fluxo de caixa das atividades operacionais:		31/12/24	31/12/23
Lucro líquido do exercício		37.192	25.911
Ajustes:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.045)	696	
Depreciações	7.406	5.969	
Amortizações	161	126	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.031	(96)	
Provisões de estoque	1.382	2.828	
Ajuste a valor presente	109	203	
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	10.981	(665)	
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	4.165	13.103	
Outras Provisões	48	(782)	
Resultado na venda de ativo imobilizado	(245)	112	
Variações nos ativos e passivos		57.185	47.405
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(19.970)	2.787	
(Aumento) redução em estoques	(12.012)	17.061	
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(3.655)	12.511	
(Aumento) redução em outros ativos	(5.437)	3.905	
Aumento (redução) em fornecedores	24.789	(16.079)	
Aumento (redução) em impostos a recolher	2.274	(617)	
Aum. (redução) em salários, provisões e contribuições sociais	1.187	1.580	
Aumento (redução) em outras contas a pagar	4.474	1.947	
Pagamento do imposto de renda e contribuição social	9.758	1.948	
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operac.		58.593	72.442
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de intangível	(3)		
Aquisições de imobilizado	(9.781)	(18.310)	
Recursos provenientes da venda de imobilizado	361	114	
Caixa (utiliz. nas) proveniente das ativ. de investimento		(9.423)	(18.196)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.742)	(40.648)	
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.397)	(13.913)	
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos aos acionistas	(24.976)		
Caixa (utiliz. nas) proveniente das ativ. de financiamento		(36.115)	(54.561)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		13.055	(315)
Demonstração da variação no caixa e equiv. de caixa:			
No início do exercício	15.355	15.670	
No final do exercício	28.410	15.355	
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		13.055	(315)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações sobre a Companhia: A Madal Palfinger S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado localizada na Rua Flávio F. Bellini, 350 - Bairro Salgado Filho, Caxias do Sul - RS, que tem por objeto a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de máquinas industriais e caminhões para o transporte, movimentação, carga e descarga de materiais, bem como suas peças e acessórios, a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção dos produtos acima mencionados, a fabricação e venda de plataformas elevatórias e rampas de acesso veicular para acessibilidade em veículos para o transporte coletivo de passageiros, bem como de suas partes e peças, treinamentos com relação a todos os produtos mencionados anteriormente a clientes, podendo ainda participar de outras Sociedades. A composição acionária da Madal Palfinger S.A. conta com 99,94% de participação da Palfinger Americas GmbH, localizada em Salzburg na Áustria, e demais 0,06% em participação de acionistas minoritários pessoa física. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento são aquelas com maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão detalhadas na Nota 4. A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 25 de março de 2025. **2.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: Reforma Tributária sobre o Consumo:** Em 05 de junho de 2024, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024 para regulamentar a Emenda Constitucional nº 132/2023 ("EC"), que aprovou a reforma tributária sobre o consumo. Em 20/12/2024 Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional que muda o sistema de tributação do consumo. O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Lei C. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **2.2. Enchentes no Rio Grande do Sul:** Em maio de 2024, fortes chuvas atingiram o estado do Rio Grande do Sul provocando enchentes e deslizamentos de terra. Por questões de segurança e acesso dos colaboradores da Companhia, os expedientes foram encerrados nos dias 03 e 04 de maio de 2024. Após isso, em virtude de não haver mais indicadores de condição insegura aos colaboradores, a companhia retomou suas atividades sem maiores impactos na sua operação. Foi montado um Comitê interno de gestão crise que iniciou uma campanha de doações a fim de arrecadar fundos para destinação a cidades e famílias afetadas pelas enchentes. Foram doados R\$ 140 mil para famílias de colaboradores Palfinger afetadas, além de cerca de R\$ 100 mil em mantas, agasalhos, roupas íntimas, toalhas de banho e kits para bebês destinados a entidades públicas de ajuda humanitária. **2.3. Tributação Mínima Global:** Em dezembro de 2021, a Organização Mundial de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras de Pillar II para reformular a tributação internacional, visando garantir que as multinacionais elegíveis, isto é, aquelas com receitas globais superiores a 750 milhões de euros, paguem um imposto complementar sobre os lucros de suas subsidiárias que estejam sendo tributadas a uma alíquota efetiva inferior a 15% por jurisdição (Global Minimum Top-up Tax). No Brasil, em 27 de dezembro de 2024 foi publicada a Lei 15.079, que instituiu o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro, no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra Erosão da Base Tributária (GloBE Rules), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro estabelece um dos mecanismos previstos pela OCDE para as regras do Pillar II, o Qualified Domestic Minimum Top-up TAX (QDMTT). A legislação prevê ainda que, em 2025, o Poder Executivo submeta ao Congresso Nacional proposta legislativa para introdução do Income Inclusion Rule (IIR). A Companhia está em processo de avaliação se há alguma exposição decorrente da legislação de Pillar II. Com base em uma avaliação preliminar das novas regras, não se espera uma exposição relevante. Considerando que as informações para uma análise abrangente ainda estão sendo avaliadas e devido à complexidade da nova legislação, a Companhia espera concluir a publicação no decorrer de 2025. **2.4. Preço de Transferência (Transfer Pricing):** Com a publicação da Lei 14.596/23, regulamentada pela Instrução Normativa 2.161/23, o Brasil alinhou seu modelo de Preço de Transferência aos padrões internacionais estabelecidos pelas diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As novas regras determinam que operações transfronteiriças, comerciais ou financeiras, entre partes consideradas relacionadas nos termos da Lei, devem ser precificadas como se fossem realizadas entre partes não relacionadas (princípio do arm's length) para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Companhia se adequou ao novo regime de Preço de Transferência a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia revisou suas operações com partes relacionadas para garantir conformidade com as novas regulamentações. Após avaliação, concluiu-se que todas as operações sujeitas às regras de Preço de Transferência estão em conformidade com o princípio previsto no art. 2º da Lei 14.596/23, não havendo, portanto, necessidade de ajustes nos preços de transferência na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. **2.5. Novos pronunciamentos:** As emissões/alterações de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são efetivos para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação

de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer os em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.11. Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia efetua diversas estimativas, as quais foram determinadas com base em julgamento da Administração e, quando necessário, com base em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenda como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **4.1 Provisões para litígios:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **4.2 Provisões para estoques obsoletos ou de lenta movimentação:** A Companhia efetua o provisionamento de seus estoques de matéria-prima e componentes produtivos como obsoletos ou de lenta movimentação baseado em critérios qualitativos e quantitativos. De forma quantitativa, a companhia compara a quantidade atual do artigo em estoque com a quantidade consumida nos últimos 36 meses e com a quantidade planejada para consumo nos próximos 36 meses, o que for maior. A diferença positiva dessa comparação representa um estoque de giro lento, para o qual uma provisão é constituída. Qualitativamente, são avaliados se os artigos são parte de algum novo projeto ou protótipo, para o qual ainda não há um planejamento de consumo futuro, o que permite desconsiderar tais itens para provisionamento. Em relação ao estoque de peças de reposição, a companhia efetua o provisionamento proporcional a 10 anos de permanência em estoque para atendimento da legislação brasileira de fornecimento de garantia. Por fim, em relação aos produtos prontos, a companhia considera o artigo como de giro lento a partir do sexto mês em estoque proporcionalmente ao período de vida útil de 5 anos. **4.3 Provisões para garantias:** Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas. **4.4 Ativo Intangível Agio:** O valor registrado na conta de Agio no grupo de ativos intangíveis da Companhia deriva de reestruturação societária ocorrida em junho de 2021 na qual a Companhia incorporou sua controlada Palfinger Tercek Indústria de Elevadores Veiculares Ltda, cujo montante de agio gerado na aquisição da própria Palfinger Tercek fazia parte dos ativos registrados na controlada e que foram incorporados. Tal ativo é de vida útil indefinida, não sendo, portanto, amortizado. Anualmente a Companhia efetua análise em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa. **5. Caixa e equivalente de caixa:**

Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Reservas de Lucro	4.660	3.120	29.620
Reserva Legal	-	-	-
Reserva para Incentivo Fiscal	-	12.488	-
Reserva de Lucro	1.053	-	(1.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	111.710	(95)	3.791
Lucro líquido do exercício	-	-	37.192
Saldos em 31 de dezembro de 2024	111.710	(95)	32.212
Reserva de Lucro	5.651	-	42.108
Reserva Legal	-	-	-
Reserva para Incentivo Fiscal	-	1.860	-
Reserva de Lucro	-	-	(36)
Reserva de Lucro	-	-	(8.797)
Reserva de Lucro	26.499	-	(26.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	111.710	(95)	32.212

de essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. **3.1. Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos, devoluções e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle, os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. **3.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, também, a sua moeda de apresentação no relatório das demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **3.3. Instrumentos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e empréstimos e financiamentos. Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias: **Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidas no resultado quando incorridos. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após reconhecimento inicial, passivos financeiros mensurados ao custo amortizado sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia não mantém operação com instrumento financeiro derivativo. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e investimentos cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses e apresentem liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. **3.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não receberão todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Adicionalmente, as perdas esperadas são provisionadas com base no risco país considerado como tal o país de residência do cliente. **3.6. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: **Matérias primas** - custo de aquisição, considerando o critério do custo médio. **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão

e os custos estimados necessários para a realização da venda. As provisões para estoques de baixa otatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.7. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

Vida útil estimada	25 anos
Prédios	10 anos
Beneficiárias	10 anos
Instalações industriais	14 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramental de produção	5 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O valor contábil do ativo imobilizado é revisado para perda ao valor recuperável quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, sendo este o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor em uso. **3.8. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis de vida útil definida da Companhia são formados por softwares e licenças, que estão sendo amortizados ao longo da sua vida útil (estimada em 5 anos), e por gastos com desenvolvimento de projetos que atendem aos critérios estabelecidos no CPC 04 para capitalização, amortizados ao longo de sua vida útil (estimada em 7 anos). A Companhia avalia seus ativos intangíveis anualmente em relação à perda por redução ao valor recuperável e sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. **3.9. Tributação: Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas	7%, 12% e 17%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,60%
COFINS - Contrib. para Seguridade Social	1,65%
PIS - Programa de Integração Social	2% e 4%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2% e 4%

As receitas de vendas e serviços são apresentadas na demonstração de resultado, líquidas destes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **Impostos diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social, e para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Os impostos diferidos são registrados integralmente no não circulante. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a

valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer os em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.11. Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do

continuação >>> Madal Palfinger S.A. CNPJ 88.613.856/0001-83

Julgado de ação da Companhia, em sentido favorável, a qual determina reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. Tais montantes serão compensados com impostos e contribuições federais. c) Imposto de renda e contribuição social a recuperar - Corresponderam às antecipações de imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar. Os créditos de impostos a recuperar são classificados no ativo circulante e não circulante com base na expectativa de realização dos créditos.

9. Imobilizado:

	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Custo do imobilizado	9.611	-	-	-	9.611	-	-	-	9.611
Terenos	11.785	-	-	1.076	12.861	-	-	153	13.014
Prédios	815	-	-	46	861	-	-	66	927
Beneficiárias	7.879	-	(15)	1.460	9.324	-	-	3.178	12.502
Instalações Industriais	41.487	578	(435)	16.033	57.663	913	(610)	18.614	76.580
Máquinas, equipamentos e acessórios	1.699	75	(27)	307	2.054	55	(246)	94	1.957
Móveis e utensílios	5.571	640	(387)	1.883	7.707	672	(993)	201	7.587
Equipamentos de informática	866	-	-	-	866	-	(411)	59	514
Veículos	26.524	17.017	(7)	(20.991)	22.543	8.141	(9)	(22.766)	7.909
Imobilizado em andamento	106.237	18.310	(871)	(186)	123.490	9.781	(2.269)	(401)	130.601
Total	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Depreciação	(8.705)	(352)	-	-	(9.057)	(374)	-	-	(9.431)
Prédios	(200)	(76)	-	-	(276)	(82)	-	-	(358)
Beneficiárias	(4.271)	(769)	1	-	(5.039)	(859)	-	-	(5.898)
Instalações Industriais	(25.980)	(3.059)	322	-	(28.717)	(4.285)	510	-	(32.492)
Máquinas, equipamentos e acessórios	(1.108)	(116)	18	-	(1.206)	(141)	245	-	(1.102)
Móveis e utensílios	(3.171)	(1.083)	284	-	(3.970)	(1.156)	987	-	(4.139)
Equipamentos de informática	(774)	(42)	-	-	(816)	(46)	411	-	(451)
Veículos	(44.209)	(5.497)	625	-	(49.081)	(6.943)	2.153	-	(53.871)
Total	62.028	12.813	(246)	-	(74.409)	2.838	(116)	-	76.730
Valor residual									

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária. As transferências no montante de R\$ (401) referem-se a softwares que inicialmente foram classificadas como ativo em andamento e na finalização do projeto de implantação passaram para a conta de Softwares e Licenças no grupo dos Ativos Intangíveis.

10. Intangível:

	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Custo do intangível	5.518	-	-	186	5.704	3	-	401	6.108
Softwares e licenças	4.204	-	-	4.204	-	-	-	-	4.204
Ágio na incorporação de investimento	9.722	0	-	186	9.908	3	-	401	10.312
Total	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Depreciação	(5.226)	(126)	-	-	(5.352)	(161)	-	-	(5.513)
Softwares e licenças	(5.226)	(126)	-	-	(5.352)	(161)	-	-	(5.513)
Total	4.496	(126)	-	186	4.556	(158)	-	401	4.799
Valor residual									

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável. Em 2024 os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 3.408 (R\$ 4.286 em 2023) e por não atenderem aos critérios de capitalização, foram lançados ao resultado como custos e despesas operacionais.

11. Arrendamentos: Na data de início de cada contrato de aluguel, é realizada a avaliação se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia utiliza a única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. **11.1. Ativo de direito de uso:** O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento e é depreciado linearmente pela vida útil do contrato ou pela vida útil do ativo que está sendo arrendado. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. A composição e movimentação dos ativos de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está abaixo apresentada:

	2024	2023
Direito de uso de prédios e terrenos	696	1.056
Saldo no início do exercício	2.094	112
Adições	-	112
Baixas	-	185
Depreciação	(463)	(472)
Saldo no final do exercício	2.327	696
11.2 Passivo de arrendamento: Os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento e mensurados pelo valor presente à taxa de 11,933% ao ano dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. A movimentação dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está abaixo apresentada:		
Direito de uso de prédios e terrenos	2024	2023
Saldo no início do exercício	759	1.093
Adições	2.094	112
Juros	185	114
Baixas	-	-
Pagamentos	(596)	(560)
Saldo no final do exercício	2.442	759
Circulante	342	555
Não Circulante	2.100	204

12. Transações com partes relacionadas: a) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, e partes relacionadas:

	Saldos				Transações			
	Contas a receber p/vendas	Contas a pagar p/compras	Mútuos a pagar	Vendas a prod.	Compra de prod. e serviços	Desp. com direitos de uso tecnol.	Outras despesas operac.	Outras receitas operac.
Controladas por acionistas da Madal Palfinger S.A.								
Andres N. Bertotto S.A.I.C.								
Saldo em 31/12/2024	25.788	9	-	34.602	5.226	-	88	88
Saldo em 31/12/2023	8.111	3	-	18.527	6.414	-	-	397
Epsilon Kran GmbH								
Saldo em 31/12/2024	-	1.737	-	-	1.019	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	7.181	-	-	-
Palfinger Europe GmbH								
Saldo em 31/12/2024	48	21.362	-	-	56.000	-	1.899	146
Saldo em 31/12/2023	88	4.947	-	110	48.584	-	2.189	148
Palfinger Platforms Italy								
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	904	-	-	-
Palfinger AG								
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	6	59
Saldo em 31/12/2023	4	-	-	-	-	-	-	4
Palfinger Platforms GmbH Krefeld								
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	33
Palfinger Tail Lifts GmbH								
Saldo em 31/12/2024	36	-	-	-	2	-	-	604
Saldo em 31/12/2023	58	2	-	-	5	-	-	166
Palfinger Omaha Standard, LLC								
Saldo em 31/12/2024	2.123	-	-	21.607	114	1	-	36
Saldo em 31/12/2023	5.594	-	-	19.483	-	-	-	-
Palfinger Cranes India								
Saldo em 31/12/2024	1.961	-	-	2.911	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	1.687	-	-	-	-
Palfinger EMEA GmbH								
Saldo em 31/12/2024	-	346	30.996	-	7.954	2.310	3.979	-
Saldo em 31/12/2023	-	218	38.156	982	6.266	1.742	12.863	-
Palfinger INC								
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	800	4	-	-
Saldo em 31/12/2023	140	4	-	-	140	1	-	-
Palfinger North America LLC								
Saldo em 31/12/2024	87	-	-	-	-	-	-	1.950
Saldo em 31/12/2023	69	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger Interlift LLC								
Saldo em 31/12/2024	130	-	-	-	-	-	-	786
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipment Technology LLC								
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	2	146	-	-	13
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger Asia Pacifi Pte Ltd								
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	597	10	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Palfinger Lifting Solutions Italy S								
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	1.714	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Total 2024	30.173	23.454	30.996	59.719	8.868	66.432	3.979	1.899
Total 2023	14.064	5.174	38.156	40.789	6.406	64.831	12.863	2.189

A Companhia pratica transações de compra com partes relacionadas, referente a aquisição de matérias primas e materiais diretos, aplicados à produção, bem como de produtos prontos. As transações comerciais entre a Companhia e partes relacionadas são realizadas de acordo com condições específicas contratadas e poderiam ser diferentes se realizadas com terceiros. **Mútuos com partes relacionadas:** O saldo de mútuo com partes relacionadas do Passivo refere-se a um empréstimo tomado de uma das empresas do grupo Palfinger (Palfinger EMEA GmbH). Os termos deste empréstimo estão demonstrados a seguir:

Principal	Indexador	Data da transação	Vencimento
R\$ 30.000	12,9960% ao ano	12/2022	12/2025

O valor do principal do mútuo entre a Companhia e a Palfinger em aberto em dezembro de 2023 era no valor de R\$ 36.742. Deste valor, foi liquidado em 2024 R\$ 6.742. O montante remanescente de R\$ 30.000 captado em dezembro de 2022 com vencimento em dezembro de 2024 foi renovado em janeiro de 2025, com taxa de correção de 12,996% ao ano. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os montantes referentes a remuneração do pessoal-chave da administração estão representados como segue:

	2024	2023
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e benefícios)	2.092	2.500
Total	2.092	2.500

A Companhia não pagou remuneração em outras categorias de benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações às suas pessoas-chaves da administração.

13. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais

e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a provisão para litígios e os depósitos judiciais estão assim formados:

	31/12/24	31/12/23
Contingências		
Cível	11.659	5.606
Trabalhista	608	542
Tributário	4.862	-
Total Litigioso	17.129	6.148
Depósito Judicial		
Cível	436	444
Trabalhista	327	210
Total Litigioso	763	654

A movimentação dos processos é como segue:

	31/12/23	Adição	Reversão/Baixa	31/12/24
Passivo litigioso				
Cível	5.606	6.853	(800)	11.659
Trabalhista	542	111	(45)	608
Tributário	-	4.862	-	4.862
Total	6.148	11.826	(845)	17.129

A Companhia é parte em diversos processos trabalhistas, tributários e civis cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, no montante de R\$ 5.191 (R\$ 3.416 em 31 de dezembro de 2023). O aumento na provisão de processos civis decorre de atualizações monetárias de saldos e desdobramentos de processos que passaram a ser avaliados com probabilidade de perda provável. O processo tributário provisionado refere-se a auto de infração sobre apuração de IRPJ e CSLL referente aos anos de 2020 e 2021 no qual se questiona deduções da base de cálculo correspondentes a royalties, juros sobre capital próprio e subvenções governamentais para as quais a Companhia já apresentou defesa e fundamentação legal.

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 2024 não houve movimentação no capital social que, portanto, permaneceu no valor de R\$ 111.710, representado por 273.905.897 ações (sendo 268.722.553 ações ordinárias e 5.183.344 ações preferenciais). As ações representativas do capital social estão compreendidas em classe única quanto à natureza dos direitos de seus possuidores e todas com igual direito a voto, respeitadas as condições legais. b) Reserva legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social. Em 2024, a reserva legal constituída foi de R\$ 1.890 (2023 R\$ 671). c) Ações em tesouraria: A Companhia adquiriu de acionistas minoritários (em sua maioria ex-funcionários) ações de sua própria emissão, com o objetivo de futuramente cancelar estas ações. O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 95. d) Dividendos e juros sobre o capital próprio: De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Em 2024 a Companhia constituiu dividendos de R\$ 36 em complemento aos juros sobre capital próprio, uma vez que os juros sobre capital próprio foram imputados como dividendos.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	37.192	25.911
Reservas de incentivo fiscal	-	(12.488)
Constituição da reserva legal (5%)	(1.860)	(671)
Base de cálculo dos dividendos	35.332	12.752
Total de dividendos mínimos - 25%	(8.833)	(3.188)
JCP constituídos em substituição aos dividendos	8.797	11.699
Total de dividendos mínimos constituídos	(36)	-

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2024 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 8.797 (R\$ 11.699 em 31 de dezembro de 2023), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo não circulante. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 1.671 em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre capital próprio creditados aos acionistas.

Passivo Não Circulante

	2024	2023
Saldo de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	25.176	15.232
Conv. de JCP dos acion. maior. em capital social	-	-
Pag. de div. e juros sobre cap. próp. aos acion.	(24.976)	-
Div. mínimos obrig. constituídos no exercício	36	-
Juros sobre capital próprio liquidados de I		

continuação >>>

Madal Palfinger S.A. CNPJ 88.613.856/0001-83

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 26 de março de 2025.

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-6
Marcelo de Souza Prado Nicolau - Contador - CRC 1SP255758/O-9

**EDITAIS TÊM
ESPAÇO
RESERVADO**

LIGUE
54 3218.1234

Pioneiro